



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 25/XIV/1.^a SL

Aos 22 dias do mês de julho de 2020, reuniu, pelas 14 horas e 30 minutos, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala dois do Palácio de S. Bento e por videoconferência Skype, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - **Votação de Parecer sobre avaliação de efeitos profissionais à luz do Estatuto dos Deputados;**
- 2 - **Apreciação na Especialidade do Projeto de Lei n.º 471/XIV/1.^a (PS) - "Altera o anexo à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, harmonizando o conteúdo da Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos com o respetivo formulário";**
- 3 - **Fixação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 186/XIV/1.^a (PSD) - "2.^a Alteração ao regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, aprovado pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, adequando a composição da Comissão de Acesso dos Documentos Administrativos ao novo regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados";**
- 4 - **Aprovação de Ata;**
- 5 - **Diversos;**
- 6 - **Apreciação e votação de Parecer relativo a pedido de elementos;**
- 7 - **Apreciação e votação de Parecer relativo a pedido de levantamento de imunidade Parlamentar.**

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS)** deu início à reunião após a anuência dos presentes em se alterar os pontos da Ordem do Dia de acordo com o carácter público ou reservado da sua apreciação e discussão, pelo que colocou à discussão o ponto 2 da OD.

Neste ponto usou da palavra o Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** para solicitar que a apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 471/XIV/1.^a (PS) fosse adiada para setembro de modo a permitir uma discussão mais aprofundada do projeto e das propostas de alteração apresentadas pelo GP do PSD.

Instado a pronunciar-se o Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** deu o seu acordo ao adiamento. Tal acordo foi aceite por todas as bancadas presentes.

O **Senhor Presidente**, no ponto 3, colocou em apreciação a proposta de redação final do Projeto de Lei n.º 186/XIV/1.^a (PSD), apresentada pelos serviços da AR. Usou da palavra para apresentar as sugestões do seu GP, o Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)**. Sob proposta do GP do PSD foram aprovadas as seguintes alterações relativamente à proposta apresentada pela DAPLEN:

Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 25/XIV/1.ª SL

- No artigo 1.º, uma vez aceite a sugestão da DAPLEN para a alteração do título do projeto de decreto, deve adaptar-se o texto do artigo 1.º (Objeto) ao Título e passa a ter a seguinte redação “*A presente lei adequa a composição da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos ao regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos.*”

- No artigo 2.º deve manter-se o corpo do projeto original, com a correção do “da” por “pela”, passando a ter a seguinte redação: “*O artigo 29.º do regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, aprovado pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, passa a ter a seguinte redação:*”.

A seguir teve lugar a apreciação e votação de Parecer relativo a pedido de elementos – ponto 6 da OD – tendo sido os mesmos apresentados pelo Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**. Este ressaltou a particularidade de que no pedido inicial do Ministério Público não constavam todos os elementos que permitissem a identificação dos elementos pretendidos, tais como a indicação dos ilícitos e moldura penal dos mesmos. O pedido é o mesmo e respeita ao registo de presenças e informações adicionais. O parecer para além da referência à nota da DTI sobre o processo de log in e log out contém um elemento adicional de informação sobre o modelo de votação eletrónica.

O **Senhor Presidente** também se pronunciou sobre os pedidos de elementos e teceu considerações sobre o log in e log out no sistema informático de presenças em reunião plenária, tendo ressaltado que já houve oportunidade de a CTED se pronunciar sobre o tema. Fez uma sugestão de se adicionarem algumas observações em sede de conclusões, que depois de discutidas foram aceites e que são as seguintes:

“Deve, no entanto, sublinhar-se o especialmente referido quanto ao significado do ato de log out no funcionamento do sistema informático (nos termos referidos na alínea b) do ponto 5 deste parecer e na nota que se anexa).

Do presente parecer deve dar-se conhecimento ao Senhor Secretário-Geral da Assembleia da República, através do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, para execução do pedido.

Deve ainda o presente parecer ser levado, desde já, ao conhecimento do Ministério Público.”

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse nada ter a obstar e pronunciaram-se sobre o assunto também o Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** e a Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** para sufragarem a necessidade de incluir sempre em adenda



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 25/XIV/1.ª SL

a nota explicativa sobre o registo de log in e log out e a presença não continuada na sala das sessões (como sucede frequentemente e ultimamente com maior acuidade, devido à pandemia) por parte dos Deputados que, durante a reunião plenária, trabalham a partir do seu gabinete.

No ponto 7 da OD deveria ser apresentado o Parecer relativo a pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Carlos Peixoto (PSD) cuja autora, a Senhora **Deputada Isabel Alves Moreira (PS)** veio colocar uma questão prévia à sua elaboração, pedindo o seu adiamento face à necessidade de solicitar elementos adicionais ao tribunal onde decorre o processo. Na verdade deparou com uma lacuna no preenchimento dos requisitos para o levantamento da imunidade parlamentar, nomeadamente daqueles que constam do ponto 5 das Regras e Procedimentos relativas à apreciação das imunidades, incompatibilidades, impedimentos e interesses e pedidos de elementos, anexo a que se refere o artigo 16.º do Regulamento da Comissão, que se transcreve:

“A decisão de autorização de audição de Deputado como arguido implica o prévio acesso a informação judiciária contendo elementos mínimos quanto à factualidade objeto da inquirição e à sua temporalidade, correspondentes tipos legais de crime e respetivas molduras penais, bem como da indicação, se for o caso, da existência de fortes indícios da prática de crime doloso.”

Seguiu-se o ponto 1 da OD. O **Senhor Presidente** começou por recordar que tal como tinha ficado decidido hoje deveria apenas proceder-se à votação do Parecer; contudo deu conta de que no próprio dia da última reunião o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa tinha enviado à Comissão uma mensagem sobre a elaboração do Parecer que foi, também nesse dia, distribuída à Mesa e Coordenadores e dado conhecimento à Senhora **Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**, autora do Parecer. Usou da palavra a Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** para questionar a autora do parecer se, perante os elementos que o Deputado visado invoca nesse documento a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa queria ter essas alegações em consideração, ao que esta respondeu que necessitava de os analisar. Face a este condicionalismo, a votação do Parecer ficou adiada para a próxima reunião ordinária da Comissão.

Seguiu-se o ponto 4, tendo a Ata n.º 24 sido **aprovada por unanimidade** dos presentes.

Por fim, no ponto 5 (Diversos), o **Senhor Presidente** deu conta das diligências que o GAB PAR efetuou na sequência da Resposta da CTED ao Despacho do PAR sobre a carta a este endereçada relativamente a eventuais conflitos de interesses.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 25/XIV/1.ª SL

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião, que ficou registada em áudio. A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de julho de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Jorge Lacão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 25/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Isabel Oneto (PS)

Jorge Lação (PS)

José Magalhães (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Adão Silva (PSD)

André Coelho Lima (PSD)

Artur Soveral Andrade (PSD)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

José Manuel Pureza (BE)

Pedro Filipe Soares (BE)

António Filipe (PCP)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

André Silva (PAN)

Carla Sousa (PS)

Eurídice Pereira (PS)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 25/XIV/1.ª SL

Lúcia Araújo Silva (PS)

Eduardo Teixeira (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia (PS)